

**REVISTA DOS**  
**CENTENÁRIOS**



N.º 9 — 30 de Setembro de 1939 — ANO I



**COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS**  
**SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA**  
**PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA**

# S U M Á R I O

---

---

INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL — <i>Dr. Luiz Vieira de Castro.</i> . . . . .	1
HISTÓRIA PARCIAL E HISTÓRIA VERDADEIRA — <i>Dr. Rodrigues Cavalheiro.</i> . . . . .	3
A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES — <i>Dr. Carlos de Passos</i>	11
CASTELOS DE PORTUGAL — <i>Palmela e Sezimbra</i> — <i>Cap. Jorge Larcher</i> . . . . .	19
LEGISLAÇÃO. . . . .	23
REVISTA DA IMPRENSA . . . . .	23
NOTAS VÁRIAS . . . . .	26

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

( P A G A M E N T O   A D I A N T A D O )

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes . . . . .	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar . . . . .	30\$00	60\$00
Estrangeiro . . . . .	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

# INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

*Aproxima-se o ano de 1940 — e com êle as festas comemorativas da independência nacional, que o govêrno de Salazar, num tão alto sentido das oportunidades, decidiu celebrar com a precisa grandeza. A nenhum português pode uma tal data ser indiferente e nenhuma outra, como esta, deve inspirar a todos reflexões mais proveitosas.*

*O facto da independência portuguesa e a longa e brilhante história que o sancionou, são motivo de orgulho para todos nós, mas devem também constituir fonte de séria meditação — porque a glória, desacompanhada de raciocínio, muita vez conduz a meras ilusões sem vantagem.*

*Quando, do limbo do século XI, nasceu a nacionalidade portuguesa, é manifesto que um conjunto de circunstâncias locais a favorecia, desde as de carácter étnico às da geografia propícia de que Portugal disfrutava. Não se pode, evidentemente, admitir que a nação fôsse geomêtricamente talhada pela simples vontade de alguns barões. Portugal, nascente para a independência, reünia de longa data as características que, mediante a acção do tempo — que as afina e confirma — tornam possível a formação de uma nacionalidade. Esses traços peculiares, ajudados pela falta de coesão dos Estados tão própria da época em que Portugal conquistou a sua autonomia, são suficientes para explicar como o território entregue ao govêrno do Conde D. Henrique estava preparado para erigir-se em nação livre e independente.*

*Mas, sem prejuízo das condições incontestáveis do particularismo português, êrro seria supor que sôbre elas se não exerceram as grandes influências dominadoras da época. Nem se pode aplicar ao problema das origens de Portugal um critério negativista que recusa sistemáticamente o que chamaremos os dados locais da questão, nem se devem fechar os olhos para as influências de outra natureza que os ajudaram e lhe deram um definitivo impulso. Porque desconhecê-las no século XI, seria o mesmo que negá-las no nosso tempo — o que simplesmente significaria incompreensão, e das de mais perigosos efeitos.*

*O ilustre Menendez Pidal, ao escrever a España del Cid, confessou numa das páginas dêste grande e belo livro que se sentira como que forçado a incluir a história da sua pátria, no século do Campeador, dentro da história geral do Ocidente. Efectivamente, como se pode entender a Espanha do século XI sem relacioná-la com a Europa dêsse tempo? São*

passados mil anos sobre o período que estudou Menendez Pidal—e nós há bem pouco ainda vimos, no território espanhol, o conflito de interesses estranhos que ali se desenrolou.

Ora se a Espanha do século XI tem de ser examinada à luz da política europeia da época, por maioria de razões o devemos dizer de Portugal. Hoje, como ontem, tem a nossa história de situar-se no quadro geral da política do tempo. Variaram os meios e as armas; não variaram os interesses e as necessidades. Ao plano do que já chamámos os dados locais da questão, sobrepõe-se uma espécie de estrutura internacional, sem o conhecimento da qual é impossível julgar convenientemente da vida das nações.

No século XI, quando o Conde D. Henrique veio para a Península e seu sogro o encarregou de governar sucessivamente os territórios que foram formando o Condado, é óbvio que encontrou a matéria mais propícia a uma completa independência. Mas é inegável também que as circunstâncias externas amplamente favoreceram essa ambição—e a Igreja, com a sua então dominante influência, e a França, com tantos interesses ligados à Península, foram as forças essenciais que estimularam a política autonomista do Conde D. Henrique.

Nunca compreendi a vantagem de ignorar os factores externos na história; creio, mesmo, que desse desconhecimento só nos têm advindo surpresas e desconcertos. Portanto, considero que, para elucidação dos portugueses, seria necessário refazer a história nacional, passando a ter na conta devida elementos que sempre têm sido relegados para um segundo plano. Conhecer as verdades internacionais e o peso que elas possam ter tido na vida portuguesa, não é, de modo nenhum, enfraquecer o nosso nacionalismo. É esclarecê-lo num sentido mais realista; é dotá-lo dos meios indispensáveis de apreciação; é prepará-lo melhor para o futuro. Com mais inteligência — e melhor consciência: de forma a que não tenham, apenas, força sobre nós os impulsos sentimentais e as paixões traiçoeiras que sempre nos induzem em erro. Neste espírito é que tenho estudado alguns períodos da nossa história, dos que me parecem mais aptos a esclarecer e a prevenir os portugueses.

Relembro-o agora na mesma intenção. Porque, a meu ver, ao lado das forças interiores que nos animam e conduzem, existem elementos de outra ordem e de outra origem, com os quais devemos sempre contar no balanço das possibilidades de desenvolvimento e grandeza da Pátria.

LUIZ VIEIRA DE CASTRO



# HISTÓRIA PARCIAL E HISTÓRIA VERDADEIRA

Importa combater algumas ideas-feitas que, a-propósito de D. João IV e da Restauração de 1640, cristalizaram no espírito de muita gente. Há, sobretudo, quatro afirmações menos exactas que, dos volumes graves de História aos compêndios de vulgarização escolar, deram volta ao nosso pequenino mundo intelectual e, durante muito tempo, passaram por verdades incontrovertidas. A primeira delas é a que, opondo-o psicologicamente a seu filho, apresenta o Duque de Bragança D. Teodósio como o guarda zeloso e fiel da esperança nacionalista dos portugueses, sempre pronto a reacender o facho sagrado da independência pátria, sem que para tal fôsem necessárias as solicitações de que foi alvo D. João. A segunda — divulgada com a mesma intenção de diminuir o carácter do *Restaurador* — mostra-nos D. Duarte, irmão do futuro soberano, como o candidato que, pela sua ousadia e decisão, melhor convinha aos conjurados de Xabregas e do Palácio Almada. A terceira pretende que D. Luiza de Gusmão teve um papel predominante na resolução, tomada em Vila Viçosa pelo Duque seu marido, de aceitar a coroa que lhe ofereciam os conspiradores de Lisboa. E a quarta e última das afirmações que vamos analisar atribue a D. João uma tal pusilanimidade que quasi no-lo retrata recebendo à fôrça o cetro governativo, sem a mais insignificante qualidade de chefe. A verdade histórica — como vamos ver — é, todavia, bem diversa.

I — Não pretendemos diminuir o valor moral e as qualidades de carácter do pai de D. João IV, reveladas em bastantes passos da sua vida. Mas não achamos justo nem razoável que, com o fim bem visível de rebaixar a personalidade do *Restaurador*, se arvore D. Teodósio em exemplo rematado de intransigência patriótica. Há, pelo menos, três actos da sua existência que tal não autorizam e que, pelo contrário, o colocam perante seu filho em manifesta inferioridade de zêlo nacionalista:

a — O primeiro refere-se ao auxílio prontamente prestado ao usurpador castelhano, em 1589, contra os partidários do Prior do Crato e os ingleses que o apoiavam. Mobilizando as suas fôrças e atacando os portugueses que defendiam a independência, então personificada em D. António, o Duque D. Teodósio cometeu uma acção de que nunca seu filho pode ser acusado. Nos motins de Evora, em 1637, a atitude de D. João foi bem diferente, não lhe tendo ficado a pesar na consciência uma só gôta de sangue irmão.

zendo: — *que tinha por mais acertado morrer reinando, que acabar servindo*; palavras que os manuais da história nacional parafrasearam dêste modo: — *antes ser uma hora rainha, do que duqueza tôda a vida*, e que ficaram sendo como o traslado do pensar varonil de D. Luiza de Gusmão.» E acrescenta estas palavras de bom senso: — «O facto do Duque de Bragança ter sido a *única pessoa* que ouviu a réplica da Duqueza, que na *sua câmara fóra consultada, sem testemunhas*, tira tôda a autenticidade à eufónica resposta da Duqueza, que contava então apenas vinte e sete anos de idade e sete de pouco bem casada, sendo mais natural que ela antes ambicionasse trazer seu marido a bom caminho, do que proporcionar-lhe novas e mais fáceis ocasiões de exercer a sua versatilidade conjugal.»

Completemos o parecer de Luiz Augusto Palmeirim àcerca da suposta e decisiva influência de D. Luiza de Gusmão na adesão do Duque de Bragança aos preparativos da conjura de 1640 com algumas observações que não nos parecem, em absoluto, destituídas de importância.

Sabe-se que o Arcebispo de Lisboa, o ilustre D. Rodrigo da Cunha, desempenhando papel predominante na conspiração que nos libertou do domínio castelhano, exerceu uma forte influência em seu sobrinho D. Manuel da Cunha, Bispo de Elvas, levando-o a aderir aos planos da conjura e oferecendo, assim, ao Duque de Bragança um sólido ponto de apoio na região alentejana. Ora, quando na entrevista célebre da tapada de Vila Viçosa, a que já aludimos, Pedro de Mendonça exortou D. João a cingir a coroa que pelos Filipes fora usurpada a seus antepassados, rezam as crónicas que a conversa teve que se interromper, sem que o Duque de Bragança tivesse dado resposta alguma concreta, porque chegara o Bispo de Elvas, que vinha de visita ao futuro soberano.

É após a saída do Bispo que D. João se resolve a comunicar a António Pais Viegas e a D. Luiza de Gusmão o que se passa, consultando-os sôbre o que devia fazer, embora já — note-se bem — *«resoluto a tentar a fortuna abraçando a empresa»* — são palavras textuais do Conde da Ericeira. Não dizem as histórias portuguesas da Restauração em que conversaram o Duque e o Bispo, mas uma obra espanhola de bastante interesse, porque é escrita com relativa imparcialidade e geralmente bem informada (o seu autor viveu em Portugal, assistiu à Revolução e foi, até, depois, encarcerado por suspeito) dá-nos notícias curiosas sôbre o caso. Trata-se da *Historia del levantamiento de Portugal*, de Fr. António Seyner, da Ordem de Santo Agostinho da Província de Castela, impressa em Saragoça no ano de 1644.

Da sua leitura claramente se conclue que D. Manuel da Cunha oferecera ao Duque de Bragança a adesão da praça de Elvas, garantia máxima da defesa fronteiriça, o que permitiria a D. João — como veremos adiante — fazer sentir depois aos conspiradores de Lisboa, quando êles atravessavam uma das crises de desânimo em que foi fértil a conjura, que estava disposto a revoltar-se sôzinho com os povos do Alentejo e a ocupar o reino do Algarve, mesmo que a capital se não pronunciasse a seu favor. Esta atitude decidida, em pessoa ponderada e cautelosa como o Duque de Bragança, não se deve classificar de simples bravata.



*Non Bellona ferox, sed te Pax alma coronat;  
Justitiam melius Pax comitare solet.*

ALEGORIA DA COROAÇÃO DE D. JOÃO IV



Ela devia apoiar-se, mais do que em frases de dramalhão, como a que se atribue à Duqueza D. Luiza, nalguns terços bem armados e nalgumas praças fortes razoavelmente defendidas.

E lembremos com Ferdinand Denis o silêncio dos cronistas contemporâneos da Revolução à cerca da, depois, tão apregoada atitude da Duqueza de Bragança. Nem a *Relação de tudo o que passou na felice Aclamação*, nem a *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*, nem a *Restauração de Portugal prodigiosa*, de Gregório de Almeida, nem a obra de Seyner, a que já fizemos referência, nos transmitem a cena patética de Vila Viçosa. Ferdinand Denis é de opinião que nessa lacuna das narrativas coevas deve haver um motivo, cujo valor político não compreendemos. Nós inclinamo-nos a crer que, nesses escritos, existe, de preferência, sobre tal assunto, um escrupuloso respeito pela verdade...

IV — Que a conspiração de 1640 — na expressão de Joaquim de Vasconcelos — foi «posta em cena com tódá a possível leviandade» não pode oferecer dúvidas a quem se debruçar um pouco sobre os testemunhos da época. Ordens e contra-ordens, receios constantes, contínuas hesitações, ausência, quasi até à última hora, dum plano geral de acção, — tais são as características que oferece o desenrolar da conjura. Aos momentos de entusiasmo sucedem-se horas amargas de desalento, a vontade dos conspiradores acusa altas e baixas como um gráfico delirante de temperaturas. Só o Duque de Bragança, após haver aderido aos desejos dos fidalgos que o procuravam, permanece calmo, no redemoinhar das paixões contraditórias que agitam os seus partidários. E quando, a poucos dias da data em que a revolta devia eclodir, se manifesta uma nova crise de incerteza e de desânimo, é êle quem impõe o cumprimento da palavra empenhada, sob pena de se revoltar sozinho com os povos que no Alentejo lhe eram fiéis. Os textos são categóricos a tal respeito — e importa recordá-los para que não subsistam mais dúvidas sobre tão importante ponto da história do 1.º de Dezembro.

Lê-se na *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*: — «Chegou (João Pinto Ribeiro) a Vila Viçosa com tanta pressa, que em ida, estada e vinda, não gastou mais de dez dias; e assim estava já em Lisboa à quarta-feira, 21 do dito mez (de Novembro). Praticou com o Duque o que na matéria sabia, e lhe parecia, facilitando o cometimento da empreza, e ainda manifestando seu voto, no modo com que se havia de fazer, com tanta confiança, como se só dêle dependera a maior resolução que o mundo viu. Prometeu-se maiores coisas das que podiam caber em seu ânimo, por achar o Duque resoluta a que, em caso que Lisboa faltasse a tamanhos empenhos, se havia de pôr em campo com os povos do Alentejo, que estavam à sua devoção.»

Ouçamos agora o Dr. Gregório de Almeida na *Restauração de Portugal prodigiosa*: — «Sua Magestade deliberado já de não tornar atraz, do que uma vez intentara, se resolveu, e assim o disse a António Pais Viegas, que ainda que se movessem dúvidas, e os confederados desistissem da empreza, êle o não faria; antes com qualquer pequeno número de gente, que o quizesse seguir, sairia a campo a tentar fortuna, mostrando ao Reino a firmeza do propó-

sito, com que se resolvera, e que a sua vida, sendo necessário, havia de ser a primeira que se desse pela liberdade da Pátria, para que nunca nela se pudesse notar sua fama, nem dizer-se que faltara à ocasião que desejavam.»

E, por fim, transcrevemos do *Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, a confirmação dos trechos anteriormente citados: — «...e segurou o Duque a João Pinto, que se se desse caso que em Lisboa faltassem ao que prometiam, o que êle não cuidava das pessoas que lhe ofereceram, obrigadas por tantos respeitos a antepor a todo o perigo a pontualidade, que êle com os povos, que em Alentejo estavam à sua devoção, havia de tentar a fortuna saindo em campanha.»

Creemos que desta forma, invocando factos não muito fáceis de impugnar, se inutilizaram as quatro afirmações, a que aludiamos, e que tanto contribuíram, divulgadas pela pena partidária de muitos historiadores, para nos darem de D. João IV uma imagem bem diferente da realidade.

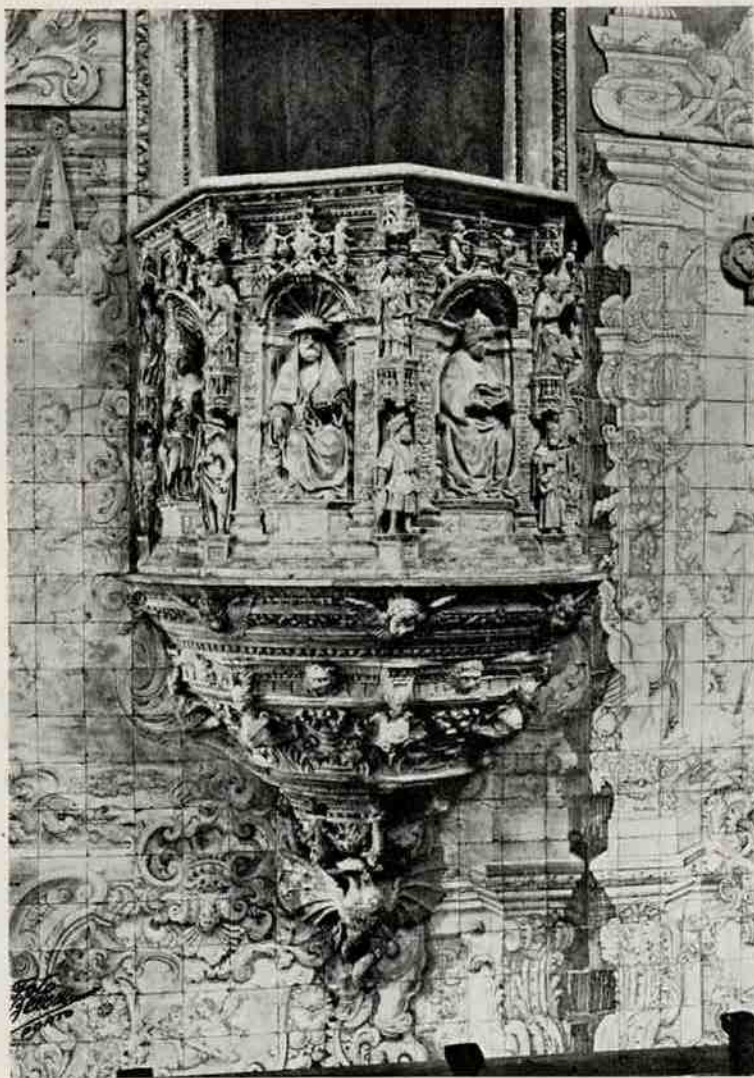
RODRIGUES CAVALHEIRO



# A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES

II

Não se trata de novamente referver o bafiento chá de Tolentino, o poeta-mendigo. A matéria vale e requiere atenções pródidas, logo que elementos inéditos as propiciam, sobretudo quando haja incrús a bonados e a atribuições ineptas. Alguém, na verdade, empavonadamente afirmou pertencer ao século XVI a espada recolhida no Museu Soares dos Reis e de sa-



PÚLPITO DA IGREJA DE SANTA CRUZ,  
EM COIMBRA

bre a qualificou.

Relativamente ao caso da fraude surgiu uma novidade, embora condicional: praticaram-na os cônegos de S. Vicente de Fóra e não os de Santa Cruz. Aqueles receberiam as caixas vãs (do escudo e da espada) e cheias aos segundos as despacharam. Simples conjectura? Hipótese colhida em qualquer texto venerando e herético? Ignoro.

ra-se. Todavia, aceitando a fraude, ou dos vicentinos ou crúzios, repito. Singular perspicuidade e faro arqueológico revelariam os frades no solerte e meticuloso desvêlo de arranjar uma espada igual, cujo tipo, ha longo tempo desaparecera.

Às adagas inglesas do século XV, chamadas *pistos* e *anelaces* (1), equiparou alguém o género da espada afonsina. Boa idea! Melhor seria o admirar as iluminuras do Apocalipse de Lorrão, onde se vêem cavaleiros empunhando espadas idênticas à do nosso rei (2), assim como nos selos de Ricardo Coração de Leão (séc. XII) e de Henrique I de Inglaterra (1135). Do século XII também as patenteou Léon Gautier, em *La Chevalerie* (3), cuja descrição é mui aproveitável, e, também, Mauricio Lippman na obra *L'art dans l'armure et dans les armes*, com gravuras dos séculos XI a XIII (4) As espadas do séc. XIV, figuradas no livro *British and Foreign Arms and Armour*, de Carlos H. Ashdown (5), merecem atenção. Na Real Armeria de Madrid guarda-se uma bela espada do séc. XIII (6).

Veio isto a pêlo, afinal, por terem aparecido alguns novos elementos, que se não bastam, ainda, para irrevogável e definitivamente comprovar a legitimidade, certo valor manifestam — hermeneuticas e lógicas revessas à parte — em corroboração da mesma. Derivam êles dos *Autos de justificação da veneração que teve a espada de D. Afonso Henriques, feita à instancia do padre procurador geral do convento Agostinho da Serra* (7).

Antes de quaisquer observações devo explicar a matéria dêsses autos, corridos no Pôrto e no cartório da Câmara Eclesiastica, sob garantia de José Pessoa de Carvalho, notário apostólico e escrivão da mesma, por motivo de requerimento do padre procurador geral dos cônegos regulares de Santo Agostinho da Serra do Pilar, apresentado em 3 de Novembro de 1718, já com despacho do Dr. Bernardo Azevedo Carvalho, cônego prebendado da Sé e provisor pelo cabido em sé vaga. Eis o teor dessa petição:

*Representa a V. Il.<sup>ma</sup> o procurador geral dos cônegos regrantes de Santo Agostinho que para certo requerimento lhe é necessario provar o culto e veneração com que muitas pessoas desta cidade e visinhanças vieram ao mosteiro da Serra beijar a espada do senhor rei D. Afonso Henriques como reliquia daquele que tinham por justificação na presença de Deus. Pede a V. Il.<sup>ma</sup> lhe faça mercê mandar tirar por testemunhas uma atestação auten-*

(1) Ignoro, com tais nomes, que armas sejam. Nenhum dicionario regista êsses têrmos, nem o *Eluucidário*, de Viterbo.

(2) Algumas reproduzidas na *História de Portugal*, do Dr. Damião Pares, págs. 40, 76, 529, 530, 534 na *Ilustração Moderna*, n.º 25, pág. 185.

(3) Paris, 1884.

(4) Vidê *Revue des arts décoratifs*, 1887-88.

(5) Londres, 1909.

(6) N.º 119 do *Catálogo histórico e descritivo*, 1893.

(7) Documento existente no Arquivo do Paço Episcopal do Pôrto.



COIMBRA — TÚMULO DE D. SANCHO I NA IGREJA DE SANTA CRUZ

*tica do referido com toda a exacção e que o rev.º dr. promotor seja notificado para as vér jurar.*

Depuzeram 19 testemunhas, sob juramento aos Evangelhos e cada uma assinou as declarações prestadas. Foram estas: Domingos Fernandes de Sousa, com 70 anos, morador na rua das Quingas — Padre Antonio Vareiro da Silva, com 70 anos, de Miragaia — Martinho de Afonseca, com 72 anos, morador junto da Alfandega — João Costa, barqueiro, 70 anos, de Gaia — Domingos de Almeida, barqueiro, 80 anos, de Vila Nova — Pedro Fructuoso Carneiro, 65 anos, morador sobre o muro da Ribeira — João da Silva, 69 anos, solicitador da Relação — Frei Cristovão Soares, 65 anos, prégador trino — Capitão Manuel do Couto Azevedo, 62 anos, cavaleiro de Cristo — Licenciado Jerónimo Ribeiro 64 anos, presbítero — Frei João da Graça, 75 anos, leitor jubilado de S. Francisco — Frei João da Porciuncula, 68 anos, prégador jubilado de S. Francisco — João Carneiro de Araújo, 64 anos, familiar do Santo Ofício — Padre Manuel Mendes, 81 anos, abade de S. Nicolau — Antonio Ferreira, 81 anos, do padrão de Santo Eloi — Pedro Borges, 68 anos, familiar do Santo Ofício, da rua Nova do Ferre — Padre Antonio da Esperança, 72 anos, cónego evangelista e reitor de Santo Eloi — Padre Miguel da Visitação, 67 anos, lente jubilado e cónego secular de S. João Evangelista.

Disse o 1.º: Que sendo já môço, há cêrca de 50 anos fôra com o pai, e muita gente da cidade e de fôra ao convento da Serra vêr e beijar a espada do Sr. rei D. Afonso Henriques, como insigne relíquia posta no altar-mor da igreja com tôda a veneração e pompa, a qual foi notavelmente festejada por largo tempo como relíquia daquele tam soberano monarca, por todos havido como justificado na presença de Deus Nosso Senhor, e depois levada com a mesma solenidade para o convento de Santa Cruz de Coimbra.

Declarou o 2.º: Há uns 50 anos, aproximadamente, era estudante, ouvira dizer que na igreja da Serra estava uma espada de D. Afonso Henriques e lá fôra vêl-a. De joelhos a beijou com muita mais gente. Como relíquia se venerava no altar-mor e durante muitos dias lá se conservou festejada com grande pompa.

O 3.º referiu: Que era natural de Coimbra e em Santa Cruz vira e beijara a espada, a qual, com outras relíquias, veio do Pôrto; que até Santa Margarida acompanhara a procissão de cruz alçada que as trouxera. Em tudo isto se acharam concordes os outros depoentes. Acrescentou João da Silva, porém, que anos depois fôra a Coimbra e em Santa Cruz vira a espada com muita decência. Disse mais o padre Manuel Mendes que a espada viera erguida no meio da procissão e mais tarde a vira e beijara em Santa Cruz.

Dos autos apura-se, pois, que à volta de 1670, os cónegos de Santa Cruz trouxeram para o convento da Serra do Pilar, em solene procissão de cruz alçada, a memoranda espada afonsina, em cuja igreja, no altar-mor, foi exposta à veneração dos fieis e patriotas. Que motivou tal viagem e exposição? Deploravelmente, nem uma elucidativa se encontra. As causas seriam apenas de valor pio, mais ou menos religiosas?

Em estímulos de cunho patriótico não se pode pensar, já por estarem longe os tempos difíceis de Castelo Rodrigo, do Ameixial e de Montes Claros, já por, então, consistir a vantagem em levá-la até ao Alemtejo. Além disso, averigua-se mais — o que, na verdade, é importante — o culto votado à espada, a veneração devota que se lhe tributava fêrvidamente, a qual, antes, em Santarém, grandemente se manifestara, ao lá passar de volta a Santa Cruz. Se houve fraude é estranho que nem uma suspeita, aldemenos, marcasse o prestígio da arma; essa tal revela-se nos tempos modernos.

Efectivamente não concedem os autos a confirmação plena e clara da legitimidade da espada; corroboram, todavia, os elementos positivos conhecidos e por maneira deveras interessante.

São permitíveis as dúvidas daquela? Por certo. Sêl-o-ão, porém, quanto à proibidade e veracidade dos autos publicados? Não. Nem se podem formular nem aceitar, visto que fôram executados com vigor legal e digna circumspecção, sendo esta comprovada pela diversidade e categoria social das testemunhas e pelo pêso dos seus invernos copiosos.

Não se limitaram ao já patente os referidos autos, pois outros elementos curiosos abrangem, esses relativos ao empenho duradoiro e pertinaz da canonização de Afonso Henriques, tam acarinhado pelos crúzios ao emprestarem a D. Sebastião as armas afonsinas.

Aos 29 de Novembro de 1718 na Câmara Eclesiastica o procurador geral de Santa Cruz apresentou, já com despacho do provisor, o requerimento seguinte:

Diz o Rev.º D. Miguel do Sacramento, procurador geral da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, que ante V. M. trata de justificar os prodígios que Deus tem obrado pela intercessão de D. Afonso Henriques para se tratar da sua canonização e, além do que se tem alegado, lhe é também necessário justificar que ha nesta cidade em diversas partes muitos paineis e panos decentes em que está a imagem de Cristo Nosso Senhor e de joelhos pintado o dito rei, isto quando o mesmo lhe apareceu no campo de Ourique, e assim com toda a veneração do povo são vistos em igrejas e ruas onde ha festas espirituais, sendo tais pinturas muito antigas e vistas ha mais de 50 e 100 anos.

Pede a mercê de admitir a justificação do sôbre dito, citando-se o promotor para vêr, jurar e perguntar as testemunhas.

Sob juramento aos Evangelhos, prestaram declarações, registadas pelo mencionado escrivão da Câmara, os seguintes individuos: João de Pinho (com 60 anos), João Fernandes (com 68) Manuel João (60), Domingos Tavares (34), Antonio de Almeida (60), Manuel de Almeida (70), todos sombreiros da rua dos Mercadores; Luiz Ferreira da Rocha (50), escrivão da Câmara Municipal; Pedro Borges (65), sineiro e familiar do Santo Officio.

Disse o 1.º: Que por muitas vezes e em várias festas e procissões da cidade tem visto paineis e panos decentes pintados com as figuras de Cristo e D. Afonso Henriques, esta ajoelhada, em memória de Aquele lhe ter aparecido em Ourique, os quais eram muito venerados pelo povo. Isto mesmo confirmaram os outros. O 2.º, porém, julgou esses paineis como tendo mais de 100 anos e Pedro Borges considerou-os com mais de 150. Acrescentou Manuel de Almeida que o significado dos paineis era o de proclamar santo o rei conquistador.

Abundantes fôram no país as pinturas desse género, até em azulejos reproduzido (1), conto e feito da lenda do milagrento e pasmoso combate de Ourique, a qual fomentou a prodigiosa fantasia patriótica de Frei Bernardo Brito e vigorosamente se arreigou, por mórbito sentimentalismo nacional, não alheado, por certo, das estrofes camoneanas (2).

De modo singular, devéras ressalta o perdorável e afincado empenho dos crúzios na canonização de Afonso Henriques (3). Com o perdimento inglório del-rei D. Sebastião não ficaram malogradas as suas esperanças. No ânimo dos cónegos sempre latentes subsistiram, à espera de boa oportunidade. Logo, é de crêr que inspirassem o propagamento da veneração da espada afonsina, constante dos *Autos*.

Definitivamente não resolvem o problema da genuinidade os novos documentos. Não se negará, porém, que constituem uma interessante achega para a história da espada.

Até prova em contrário, mantenho o asserto expendido: a espada existente no Museu do Pôrto é verdadeira: é a que por Afonso Henriques foi brandida nos combates nacionais.

CARLOS DE PASSOS

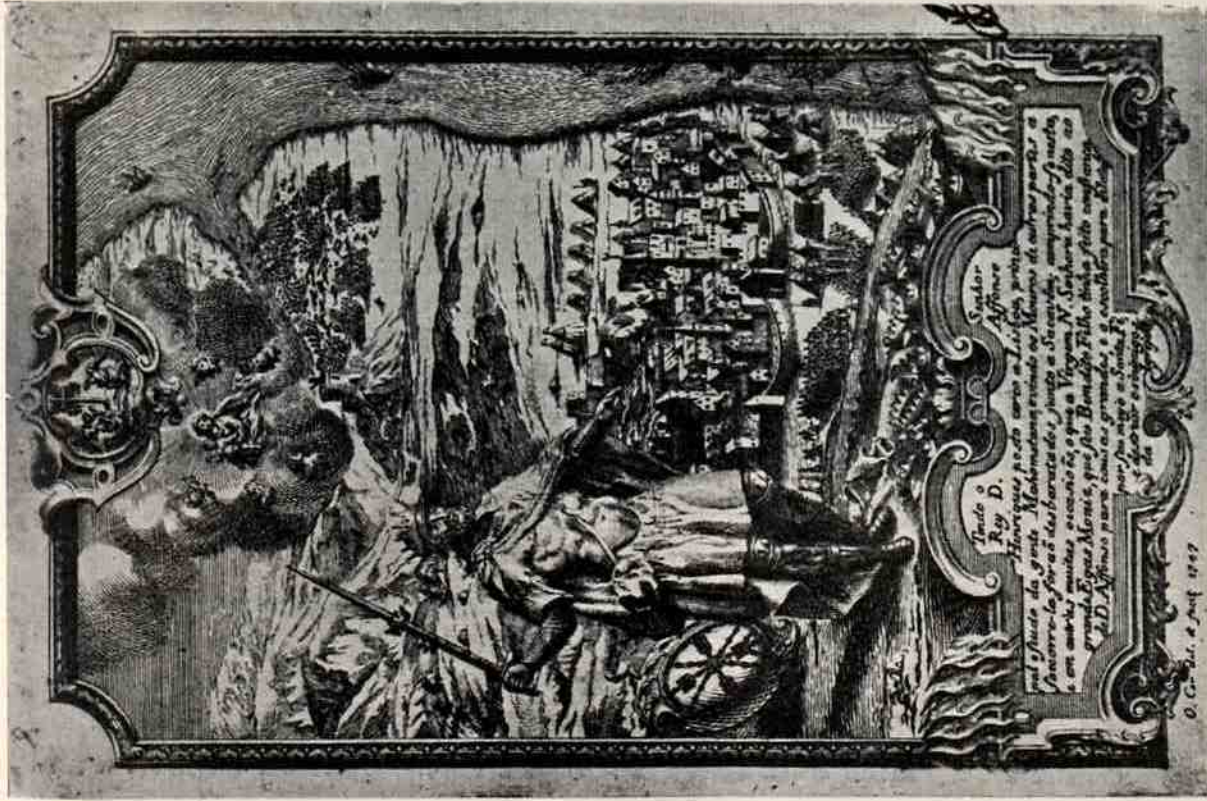
---

(1) V. g. os da matriz de Castro Verde (séc. XVIII). Vd. in *Portucale*, n.º 35, o artigo *Ainda a batalha de Ourique*, do general Victoriano César.

(2) Canto III, estâncias 44 a 54.

(3) Herculano atribuiu ao affecto nacional a auréola de Santo que logrou Afonso Henriques e a pretensão fervente de obter de Roma para o valente conquistador a corôa devida à resignação do mártir. Vd. *História de Portugal*, III, 134, 8.ª ed.





**F**oão muitas e heroic as virtudes, q̄ exercitou o Senhor Rey D. Afonso Henriques, primeiro Monarcha de Portugal, e toda a sua vida foi prodigiosa. Seus Pays alcançaraõ do Ceo ter esse Filho pelas orações de S. João Cerita. A Virgem N. S. lhe deu faude perfeita, tendo elle nascido alejado No Campo de Ourique. Ihe appareceu Christo N. S. promettendo-lhe a victoria dos Mouros, naõ só naquella batalha, mas em todas as mais, q̄ tivesse contra os infieis: estabeleceu nelle, e nos seus Reaes descendentes hum Imperio permanente, para q̄ o seu santo Nome fosse levado a Nações estranhas. Nas batalhas, que empredeo contra os inimigos da Cruz de Christo, dos quaes alcançou admiraveis victorias, (sendo naõ menos de trinta os Reys, e hum milhaõ e quinhentos mil os Combatentes vencidos) o ajudaraõ visivelmente muitas vzes Maria SS. e os Santos Anjos. O tempo, que rellava a este excellento Principe de pelear, e de acudir as obrigações de Rey, q̄ cumprio perfectamente, gastava orando, e em exercicios de piedades, e devoção. Instituiu as Ordens Militares de Avis, e de Ala. Levantou e enriqueceo muitos Conventos, e Igrejas, que por todas chegarão a 150, e fez notaveis Fabricas. Foi particular devoto da Rainha dos Anjos, fazendo-lhe tributario o Reyno, e ao Principe dos Apostolos S. Pedro, e a S. Igreja Romana, de quem foi Filho obediensissimo. Teve particular trato, e amizade com S. Theotónio, S. Bernardo, e outros Varões illustres em santidade. Morreo com opiniã de Santo, e foi Deos servido fazer por sua intercessão muitos milagres por continuados seculos depois do seu felice trãnsito.

Os Escriptores Portuguezes se lamentaõ do deuido, q̄ tem havido em se procurar a sua Canonizaçã. O Senhor Rey D. João III. a quiz intentar, e se fez a este fim no seu tempo hum Proceffo das virtudes, e prodigios do Veneravel Rey: porẽm naõ tiveraõ effeito estes santos de sejos, porque foi Deos servido levar para si a El-Rey D. João III. E parece quiz N. S. reservar esta gloria para o Augustissimo Senhor Rey D. João V., que tem mandado tratar presentemente em Roma da sua Beatificaçã: o q̄ se faz publico neste papel, para q̄ toda a pessoa, q̄ tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D. Affonso, ou de culto, respeito, veneraçã publica, ou particular, que se lhe tribute: ou tiver, ou souber de alguns livros naõ impressos, ou qualquer genero de documentos, e papeis manuscritos, e ainda livros, e papeis impressos, se forem raros, q̄ sallem do Veneravel Rey, queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade, por honra da Nação, e pela muita obrigaçã, q̄ todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador, dar parte do q̄ tiver, ou souber: o que cada hum podera fazer cõmunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses, ou aos Prelados das Casas Professas, e Collegios da Companhia de Jesus, ou de Mosteiros de Congegos Regulares de Santo Agostinho: os quaes todos tem aviso, para remetterem as noticias, q̄ se lhes am, em ordem a se mandarem para Roma. Adverte-se que se naõ tirara cada hum os seus papeis, ou livros, mas sõ os traslados: que se mandaraõ fazer, sem que dispõda cousa alguma a peissos, que os tiver, e mostrar,

REPRODUÇÃO, EM TAMANHO NATURAL, DUM DOCUMENTO DO REINADO DE D. JOÃO V. — TENTATIVA PARA A CANONIZAÇÃO DE D. AFONSO HENRIQUES

# CASTELOS DE PORTUGAL

## PALMELA E SEZIMBRA

No programa das próximas festas dos Centenários, está incluído um número deveras sugestivo e interessante, que terá realização dentro das velhas e antiquíssimas muralhas



*CASTELO DE PALMELA*

do vasto castelo de Palmela. À sombra desta fortaleza reunirão os actuais dignatários da ordem de S. Tiago para reviver os gloriosos fastos desta nobre ordem, que tão altos e prestimosos serviços prestou a D. Afonso no alargamento do território e consolidação da nacionalidade.

Feliz idea de alto significado patriótico que se estenderá aos castelos de Aviz e Tomar, onde se juntarão respectivamente os membros das ordens de Aviz e de Cristo, qualquer delas de nobilíssimas tradições históricas.

Ocupamo-nos, hoje, dos castelos de Palmela e Sezimbra, dois velhos monumentos militares de glorioso passado e padrões indeléveis da nossa admirável história.

Palmela era um forte e amplo castelo que D. Afonso Henriques tomou aos árabes em 1147 e que, pouco tempo depois, deixou de estar na posse dos portugueses, voltando a ser reconquistado por D. Afonso em 1165. No reinado seguinte foi novamente atacado e destruído, sendo reedificado por D. Sancho I, que dele fez doação, em 1186, à ordem de S. Tiago. No reinado de D. João I, foi transferida para esta fortaleza a cabeça do mestrado desta gloriosa ordem que D. Afonso Henriques introduziu no reino em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados quando esteve cercado em Santarém.

Este fortíssimo castelo está situado no alto de um monte, alongado na direcção nascente-poente e foi no dizer de Herculano, «uma excelente base de operações para prosseguir a guerra na província de Al-Kasar, e podia considerar-se como a chave do território que se dilata entre a baía do Sado e do Tejo e, por consequência, como servindo de atalaia ou pósto avançado dos territórios de Almada e Lisboa.»

A primitiva fortificação foi envolvida e alargada no reinado de João I, abrangendo o recinto do lado Nascente, os edificios anexos, a torre de menagem e a igreja de S. Tiago.

Posteriormente já no reinado de D. Pedro II, uma nova construção de muralhas veio envolver as anteriores ampliando esta fortaleza e procurando assim reforçá-la pelos lados em que o terreno era mais acessível. A esta obra se refere a inscrição existente sobre a porta principal do castelo. Também D. Jorge de Melo, em 1608, fez importantes obras nas quais dispendeu muitos milhares de cruzados da sua fazenda. Dentro do recinto da fortaleza ficava também a igreja de Santa Maria do Castelo.

Foi nesta fortaleza, no fundo da torre de menagem, que esteve encerrado o bispo de Évora D. Garcia de Meneses, filho do Conde de Viana, D. Duarte de Menezes, implicado na tentativa de assassinio contra el-rei D. João II, e que naquela lúgubre masmorra acabou os seus dias.

Na igreja do convento, que como dissemos D. João II fundou, mas cujas obras só terminaram em 1482, no reinado de D. João II, jazem muitos mestres, priores-mores e cavaleiros da ordem de S. Tiago, encontrando-se ainda nas ruínas desta igreja a urna fúnebrária do mestre da ordem D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra. Na igreja e no refectório ainda existem também alguns interessantes azulejos seiscentistas.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, ficou deserto o convento, e desde então, tanto este edificio como o castelo propriamente dito, começaram sofrendo as consequências do impiedoso abandono a que foi votado.

Quando do terramoto de 1755, teve grandes estragos, causando pena ver o estado de

ruína a que chegou esta vasta e quasi inexpugnável fortaleza, se bem que pobre de arquitectura, rica de recordações históricas e de valôr pela situação estratégica e pela sua robustez.



CASTELO DE SEZIMBRA. ENTRADA PRINCIPAL

Dominando o castelo, sobressai a forte tôrre de menagem, do eirado da qual podemos admirar um lindo e vasto panorama. O pavimento superior desta tôrre é sustentado por uma abóbada artesoadada, assentando as extremidades dos arcos em quatro colunas encostadas a cada um dos ângulos interiores da sala.

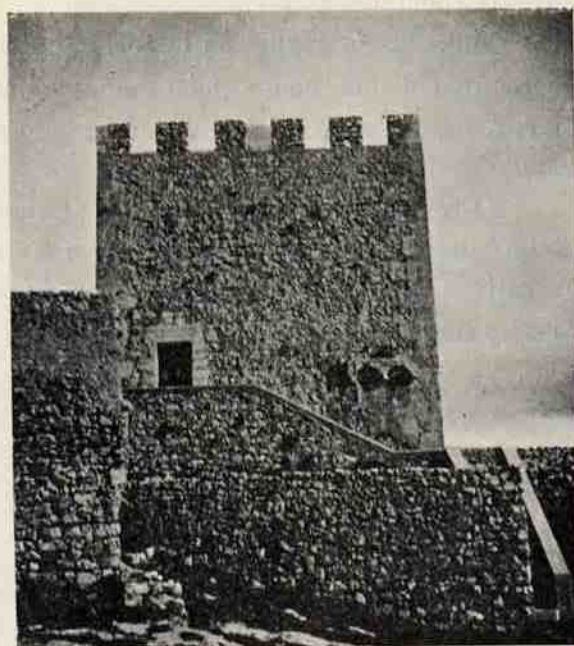
Além da tôrre de menagem, três tôrres de menores dimensões guardavam a cêrca fechada por altas muralhas com as suas ameias e seteiras, e outras duas defendiam a porta principal do Castelo.

É amplo o planalto fortificado, onde se abrigou em remotos tempos numerosa população, e dentro dêle, hoje, só se encontra digno de nota a igreja de N. S. da Consolação do Castelo, da segunda metade do século XII,

\*  
\*   \*  
\*

A alguns quilómetros de Palmela, num alto de um cêrro, numa situação magnífica, está situada a velha fortaleza de Sezimbra de remota fundação.

Muita gente engloba na designação de Castelo de Sezimbra, não só a fortaleza, propriamente dita, como também o conjunto da muralha que cinge o planalto onde assentava outrora a antiga Vila posteriormente transferida para o local onde ainda se encontra, junto ao mar.



TÔRRE DE MENAGEM DO CASTELO DE SEZIMBRA

reedificada em 1613, duas cisternas e perto de uma delas as ruínas da antiga casa da Câmara.

O Castelo está bastante arruinado devido à acção do tempo e à ignorância dos homens.

A uma das grandes destruições que êle sofreu se refere a bula do Papa Urbano, dada, em Perúsia, no décimo ano do seu pontificado, XV Kalend Februarii (1388). Também em 1755, em consequência do terramoto, algumas pedras caíram das suas muralhas. No decorrer dos séculos, várias reparações recebeu e recentemente obras de restauro importantes lhe fôram feitas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Causa tristeza saber que esta fortaleza tem sido tão impiedosamente tratada, só à vista das suas ruínas seria difícil fazer a sua reconstituição, mas elementos importantes encontramos no termo da visitação do castelo e fortaleza da dita vila de Sezimbra, que facilitarão a sua reconstrução.

É êste castelo de antiquíssima fundação, tendo sido tomado aos mouros por D. Afonso Henriques em 1165, sendo mais tarde reedificado em 1200 por D. Sancho I, que repovoou a povoação, concedendo-lhe grandes privilégios.

Em 1199, chegaram muitos franceses que vinham combater contra os mouros e povoar as terras que careciam de habitantes, sendo Sezimbra uma das que foi povoada por indicação de el-rei, conforme se vê da carta a que se refere Frei Francisco Brandão, na Monarquia Lusitana.

Aqui fica a resumida história de dois dos mais bem conservados Castelos do distrito de Setúbal e que, como quasi todos os outros, atestam o esforço desta raça de heróis e de mártires que soube lutar e vencer, tendo sempre por guia o nobre ideal do grande amor à Pátria.

O restauro e conservação dos Castelos portugueses torna-se indispensável e urgente, assim como a publicação de leis severas que punam os atentados contra êstes veneráveis e evocativos padrões das nossas glórias, testemunhas mudas de brilhantes feitos e de valerosas e notáveis acções, que são o orgulho da raça portuguesa.

JORGE LARCHER



# LEGISLAÇÃO

## DECRETO N.º 29.864

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24.914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º — É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 200.000\$, destinado à salisfação dos encargos com a edição monumental da obra sobre pintura portuguesa primitiva, devendo a mesma importância constituir a alínea c) do n.º 1) do artigo 465.º, capítulo 3.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios, sob a rubrica de: «Para satisfação dos encargos com a edição monumental da obra

sobre pintura portuguesa primitiva, prevista no programa da Comissão Nacional dos Centenários».

Artigo 2.º — É anulada a importância de 200.000\$ na alínea b) do n.º 1) do artigo 842.º, capítulo 6.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o actual ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18.381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Agosto de 1939. — ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPrensa PORTUGUESA

*O ilustre escritor e académico sr. embaixador Dr. Alberto de Oliveira publicou no jornal «Diário de Notícias», de Lisboa, o interessante artigo «Portugal e a Academia de Itália», que a seguir transcrevemos:*

«A Real Academia de Itália, fundada por Mussolini, foi também por êle alojada nas maravilhosas salas da *Farnesina*, uma das joias de Roma. Não é um palácio grandioso e severo como são quasi todos os romanos: é uma leve e graciosa casa de campo, talvez o que os Franceses no século XVIII chamariam *une folie*, rodeada de jardins edénicos, mandada construir na Renascença, numa das mais formosas margens do Tibre, por Agostino Chigi, banqueiro dos Papas e chefe de uma família que mais tarde se alçou até à cadeira de S. Pedro. Para a construção e ornamentação dessa vivenda o seu proprietário entendeu-se com Rafael, com Peruzzi,

com Júlio Romano, com Sodoma, com todos os grandes pintores da época: e são os luminosos «frescos» desses magos da Arte, bem merecendo o nome até pela imortal juventude que exalam e pelo sabor pagão da sua beleza, que continuam a resplandecer naquelas salas, simples molduras deles, onde se reúnem agora os académicos de Itália. A *Galateia* e o romance ou fábula dos amores de *Psiché e Cupido*, de Rafael, o quadro das núpcias de *Alexandre e Roxana*, de Sodoma, enchem-nos e electrizam-nos os olhos e de certo desviarão para longas distrações os participantes nos debates académicos que os tiverem em frente.

Foi para essas salas deslumbrantes da Academia que Luigi Federzoni, seu presidente de hoje, me convocou em 5 de Junho último, no intuito de me pôr em contacto com os seus consócios, ainda presentes em Roma, e para me dar melhor conhecimento das homenagens que, por nobilíssima iniciativa sua, vão ser prestadas a Portugal no ano próximo, por ocasião do Duplo Centenário.

Há meses já que, ao assumir aquela presidência,

Federzoni endereçou à nossa Academia das Ciências uma calorosa mensagem, lida em sessão solene em que também fiz uso da palavra. Logo depois os jornais noticiaram que o alto instituto cultural romano ia preparar, para as nossas festas de 1940, uma obra especialmente consagrada às relações luso-italianas desde a pre-história até aos nossos dias, colaborada por alguns dos seus membros e por outros especialistas de Itália. E eu, que desde 1930 mantenho com Federzoni afectuosas relações, e que o tive também agora como presidente do Congresso do Instituto Colonial Internacional a que fui assistir a Roma, logo lhe disse que, na dupla qualidade de academico lusitano e de antigo presidente da Comissão dos Centenários, era meu propósito exprimir-lhe, e aos demais membros da Academia italiana, o nosso reconhecimento, que não tinha dúvida seria o de todos os Portugueses, pela espontaneidade absoluta e pelo alto significado das suas manifestações para connosco, resolvidas antes de qualquer convite e longe de qualquer directa ou indirecta sugestão.

Federzoni quis dar maior amplitude ao meu desejo e ofereceu-nos, a minha mulher e a mim, um chá festivo nas salas da *Farnesina*, onde reüniu, com bastantes academicos, algumas senhoras ao redor da Signora Federzoni e o dr. Lobo de Avila Lima, nosso ministro em Itália. Ali encontrei o glorioso Mascagni, de cujas melodias guardam fiel memória os nossos ouvidos, os consagrados escritores e jornalistas Ugo Ojetti e Lucio d'Ambra, o chefe do futurismo Marinetti, os grandes escultores Canonica e Selva, o professor Giulio Bertoni, filólogo eminente e devotado às antigas literaturas hispanicas, o autor e crítico dramático Renato Simoni, o helenista Ettore Bignone, tradutor de Teócrito e de Sófocles, os historiadores e filósofos Pettazzoni e Orestano, o antigo ministro e reputado economista de Stefani, o compositor Francesco Cilea, o médico-higienista Dante De Blasi, o dr. Pellati, chanceler da Academia, grande amigo e admirador do nosso José Leite de Vasconcelos.

Abriu a reunião Federzoni em magnífico discurso que foi um hino de louvor a Portugal, ao seu passado imorredoiro como ao seu presente que tão fecundamente prepara o seu alto futuro. Da boca do orador brotaram harmoniosas palavras de solidariedade latina, tão compreensivas do esforço de reconstrução realizado por Salazar como regozijadas de vêr em nós renascer mais uma Nação ligada à sua por mil afinidades de raça e de história. E a seguir, e depois das devidas referências às comemorações de 1940, o presidente Federzoni leu-nos o

índice do volume que está em preparação e com que a Academia da Itália vai associar-se à nossa festa, em condições tão excepcionais que a sua adesão, direi eu, melhor deverá chamar-se colaboração.

Esse índice contém 33 capítulos. Não os reproduzirei aqui todos mas mencionarei os mais importantes. Depois dum prefácio de Federzoni e dum estudo sobre as relações pre-históricas entre as duas Penínsulas, a obra ocupa-se da província romana da Lusitânia e da reconquista cristã. Mafalda de Sabóia, primeira Rainha de Portugal, o papa português João XXI, a colaboração italo-portuguesa nas grandes explorações geográficas e na cartografia náutica, os Portugueses na Etiópia, Camões e os grandes poetas quinhentistas italianos, Sá de Miranda e a Itália, André Sansovino em Portugal, a influência do Renascimento e do Barroco italiano na arte portuguesa, Paulo III e os Portugueses na difusão do Cristianismo nas Índias e no Extremo-Oriente, as relações políticas entre o Piemonte e Portugal, Carlos Alberto no Pôrto, os poetas e prosadores portugueses de hoje, a Rainha D. Maria Pia, o corporativismo na Itália e em Portugal, a obra salazarista em todos os seus aspectos — creio serem os principais assuntos versados. Mas suponho que o serão também a figura de Santo António, que liga Lisboa a Pádua, e a do almirante genovês Pezagno, que fundou e organizou a nossa Marinha.

Trata-se, pois, de um estudo tão completo quanto possível, e logo da enumeração desses capítulos resulta a impressão de que estes dois países, que às vezes nos parecem distanciados pela geografia, estão constantemente entrelaçados na história. Assim o disse, nas breves palavras com que agradei o discurso de Federzoni. Afirmei que o meu País continua a ser a sentinela latina do Atlântico, desse Atlântico que os mapas italianos de há dois séculos ainda chamavam *mare di Portogallo*. Pus uma vez mais em relêvo o carácter eminentemente espiritual e cristão das nossas empresas marítimas, refutando aquele autor moderno que pretende explicar essas empresas por esta frase materialista e mercantil: «*Au commencement c'étaient les Epices...*». Bem ao contrário, ao princípio era o Verbo, como no Evangelho, e o heroísmo ao serviço da fé foi e continua a ser o lema das duas Nações ibéricas. Dei todo o meu aplauso aos esforços culturais da Itália para congregar os ramos dispersos da Latinitade, cuja acção no Mundo não está esgotada, e terminei resumindo, o mais brevemente que pude, o programa das comemorações do Duplo Centenário, tal como o traçou a pena erudita e brilhante de Jú-

lio Dantas, e fazendo votos para que a Itália, nas suas figuras mais representativas, assista a elas e siga para conosco o exemplo honroso da sua Academia.

E entre aclamações unânimes nos separámos. Creio, também, que todos os meus leitores apreciarão no que ela vale esta lisonjeira homenagem de que foi objecto Portugal, e simples testemunha quem estas linhas escreve. Só posso acrescentar que nem a *Galateia* de Rafael, que me namorava de perto, me impediu de ouvir com reconhecimento tão gratas palavras e saudações.

Tive sempre Federzoni na conta dum ardente Latino e dum amigo sincero do nosso País. Quando o conheci há nove anos era êle presidente do Senado, como ficou sendo até suceder a Marconi na presidência da Academia, e logo foi das personalidades oficiais da nova Itália com quem tive mais agradável e seguido contacto.

Num dos meus regressos de Lisboa perguntou-me êle se as suspeitas portuguesas acêrca das aspirações coloniais da Itália estavam dissipadas. Respondi-lhe que nunca as tiveramos. E logo êle: «Li isso nos jornais, mas ainda bem que os jornais não falaram verdade, como por vezes lhes sucede. Como poderia Portugal duvidar das intenções para com êle duma nação que, melhor que nenhuma outra, o pode compreender? Não seria êle digno da raça a que pertence, nem da história que criou com os seus feitos, se perante quaisquer cobiças alheias, em matéria colonial ou em qualquer outra, a sua atitude não fôsse irredulível como tem sido sempre, como seria a nossa no seu lugar, e que é a única compatível com a sua honra. Para alguma coisa nos corre nas veias o mesmo sangue: e não nascemos, nem uns nem outros, para a abdicação ou para a renúncia».

Estas palavras foram ditas com o mesmo calor das que ouvi agora, emanando dos mesmos labios, na reunião da *Farnesina*. Não as esqueci. Nunca as ouvi melhores em boca estrangeira. E elas podem até certo ponto dar luz sobre a iniciativa tomada pela Academia de Itália, antes de qualquer outra, nesta hora inicial da nossa festa, e de qualquer modo obrigam a nossa sensibilidade e o nosso patriotismo.»

## IMPrensa BRASILEIRA

*O ilustre escritor sr. dr. Gustavo Barroso, da Academia Brasileira, publicou no interessante semanário Fon-Fon, do Rio de Janeiro, em 15 de Julho último, um artigo intitulado: «A glória de Portugal», que gostosamente arquivamos nas páginas desta Revista.*

«Lançando-se ao alvorecer do Renascimento na Grande Aventura Marítima que o cobriu de glória, Portugal mudou, não somente os rumos do próprio destino, porém os rumos da civilização. Basta um rápido olhar sobre uma carta antiga para se compreender e sentir o que foi a ação de Portugal na constituição do mundo moderno.

Quando a cortina de aço das armas muçulmanas fechava a Europa o caminho do Oriente, foram as marchas de flanco, os desbordamentos, como se diz em linguagem militar, da heróica maruja portuguêsã que zombaram das duas frentes que dividiam os povos — o Islam e o Continente Americano, e, achando terras novas, trouxeram ao Ocidente as riquezas orientais. Vasco da Gama, em 1498, contorna o Cabo da Boa Esperança e chega às Índias, encontrando a Passagem de Sudeste. Pedro Álvares Cabral, em 1500, inflete para Sudoeste e acha o Brasil. Gaspar Corte Real tenta a Passagem de Noroeste em 1501. Fernão de Magalhães, com navios espanhóis, realiza a Passagem de Sudoeste, em 1520. João Martins, a de Noroeste, em 1588. David Melgueiro, a de Nordeste, em 1601. E outros continuam essas marchas iniciais: no século XVI, Afonso de Albuquerque, refazendo em sentido contrário a navegação de Nearco, almirante de Alexandre, António de Abreu e Francisco Serrão, passando o estreito de Malaca, Jorge Álvares, chegando à China, António da Mota, alcançando o Japão; no século XVII, Godinho de Erédia, explorando a Insulindia atrás do Chersoneso Aureo de Ptolomeu, João Vaz de Torres, passando entre a Austrália e a Nova Guiné, Pedro Fernandes de Queiroz cruzando a imensidão do Pacífico.

As grandes forças anti-cristãs que se instalaram primeiro na Holanda e depois na Inglaterra, usando o protestantismo como poderosa arma contra os grandes impérios marítimos católicos, dilatados pelo Poder da Fé, a-fim-de se apoderarem do ouro e governarem o mundo, têm procurado apagar na história tão altos feitos. Aos nomes dos heróis portuguêses que afrontaram os gêlos do Septentrião para o Noroeste e para o Nordeste substituíram os de anglos, bátavos, escandinávicos, que a toponímia perpetua: Ross, Franklin, Baffin, Barentz, Willou-



ghby. Mas quem de facto conhece a história sabe ler nêsse palimpsesto geográfico os velhos apêlidos dos grandes marinheiros de Portugal.

Essa glória extraordinária não é hoje apanágio sômente da Ocidental Praia Lusitana; é apanágio da Raça que dali se espalhou pelo mundo nas altas caravelas cruciadas de cinábrio. Onde quer que palpitem uma gota de sangue português nessa faceta rubra refulgirá o brilho da Glória sem par de seus maiores. No Brasil, nem se fale! O Brasil é o Morgado de Portugal, a sua esplêndida continuação no Espaço e no Tempo.

«Em 1940 essa Glória, nascida ao fulgor dos brunidos capêlos dos Afonsos e dos Sanchos, no ano da Graça de 1140, afirmada ao lampear das espadas dos Namorados e dos Conquistadores, coberta mais de meio século pelo sudário das areias marroquinas e rediviva em 1640 com o Duque de Bragança, e rejuvenescida em nossos dias pelo génio de Salazar, essa Glória completa oito centenários de Grandeza e três séculos de Ressurreição.

Dela e sômente dela recebemos as profundas forças morais com que construímos uma Grande Pátria. Glorifiquemo-la!»

## OUTROS PAISES

O «Brandenburger Anzeiger», de Brandenburgo, publicou recentemente um longo artigo acerca das comemorações do Duplo Centenário, assinado pelo seu correspondente em Lisboa, Demiani.

É dêsse artigo o seguinte período, notável pela compreensão que o autor demonstra do caso português:

«Com êstes festejos nacionais salientam-se principalmente três coisas: primeiro — a evolução, através de oitocentos anos, de um país que, a-pesar-da sua relativa pequenez (89.000 quilómetros quadra-

dos), desempenhou na história universal um papel completamente independente, além de singular, e que ao contrário de todos os outros povos europeus, não modificou desde o seu início, sensivelmente, as suas fronteiras; segundo — a estreita união política da Metrópole com as suas consideráveis possessões coloniais (2.084.000 quilómetros quadrados), donde resulta a indestrutível unidade nacional; finalmente — a união cultural do antigo Império português, Império êste que continua a existir, a-pesar-da separação da grande República irmã, do Brasil, com a qual ainda hoje abrange uma extensão de mais de 10 milhões de quilómetros quadrados, ou seja uma superfície superior à da Europa».

A revista «El Gráfico», que é a mais antiga publicação no género existente na Colômbia, inseriu, num dos seus últimos números, longo e notável artigo sobre a Exposição do Mundo Português em 1940.

Êsse trabalho é da autoria do sr. dr. José Domingos Arias Barnal, grande amigo do nosso país e personalidade em relêvo na Colômbia, a cuja Academia de Jurisprudência pertence. É também sócio da Academia Brasileira de Criminologia e do Centro de Altos Estudos Americanos.

O artigo termina com os seguintes períodos:

«No momento em que todo o mundo estremece ante a ameaça constante da guerra, Portugal, com a sua Exposição, será uma lição viva de quanto pode a raça latina empreendedora e enamorada de imposíveis. Nos suaves contornos de Lisboa, poder-se-á admirar as suas figuras preclaras, as suas glórias imortais. Constituirá assim um oásis de paz e de sonho que recordará a todos os visitantes o que pode e o que vale o povo de maiores glórias que há no orbe».

# NOTAS VÁRIAS

## OS TRABALHOS DA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Prosseguem activamente os trabalhos da Exposição do Mundo Português, uma das mais importantes manifestações das festas Nacionais de 1940.

Na «Secção Colonial», sob a orientação do sr. capitão Henrique Galvão, estão já concluídos dois pa-

vilhões e as habitações para os indígenas, devendo todos os outros edificios estar cobertos até ao fim do próximo mês, para depois se iniciarem os trabalhos de decoração interior e a colocação dos documentos que a êles se destinam.

Os edificios já concluídos são a «Capela e Casa das Missões» e a «Direcção Técnica» daquela secção, ambos da autoria do architecto Vasco Regaleira, que



RUA DE MACAU, NA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

tem como auxiliares nos trabalhos da Exposição o architecto Amaral e o agente técnico de architectura Carlos Freire.

O primeiro destes edificios é a tentativa da criação de um estilo architectónico colonial português, baseado nos ensinamentos que nos foram dados pelos nossos antepassados, adaptando-os á vida moderna e ás suas necessidades.

Foi edificado num dos mais lindos e apropriados recantos do Jardim Colonial e compõe-se de uma capela com claustro e um pavilhão anexo, onde será feita a demonstração da assistência religiosa e em prol da civilização dos indígenas.

O segundo, «Direcção Técnica», é um tipo de casa colonial, depois de estudadas escrupulosamente as condições de vida a que se destina. É uma habitação de colono, onde não falta o lindo jardim, com pérgola o lago, painéis de azulejos e ferros forjados regionais.

Entre os pavilhões mais adiantados, figura e «Museu de Arte Indígena». É um estudo de moderna architectura colonial, da autoria do architecto Melo Breyner, que tem como auxiliar o agente técnico de architectura José Bastos.

Neste museu, serão reunidos os mais interessantes trabalhos manuais indígenas que constituirão uma expressiva demonstração do seu valor artístico.

Também da autoria do architecto Melo Breyner é a fachada do palácio principal da «Secção Colonial», em cujo rés-do-chão e num pavilhão das traseiras, ficará a representação de «Caça e Turismo».

Este trabalho resultou da necessidade de adaptar uma «frente» de linhas simétricas e equilibradas, obedecendo a um eixo principal, a uma fachada sem simetria e equilíbrio.

A entrada foi colocada ao centro da nova fachada, no topo de uma escadaria em mármore, entre dois lagos.

Neste importante pavilhão, serão reunidos preciosos documentos da fauna colonial, dos processos de caça e documentários das belezas naturais do nosso Império.

Um dos principais atractivos da «Secção Colonial» será a rua da Índia, realizada pelo architecto Vasco Regaleira.

Estão ali fielmente reproduzidos o Arco dos Condenados ou de Nossa Senhora da Conceição, a Capela de S. Francisco Xavier e o Pagode de Xiola.

À parte estas reconstituições, todos os outros edificios obedeceram a um estudo minucioso dos estilos architectónicos indio e português, pretendendo, assim, o seu realizador dar uma visão tão exacta quanto possível dos traços característicos de uma

artéria de cidade indiana, com as suas fachadas apalaçadas do século XVII, estilo architectónico indo-português, tal como existe em Goa.

Nesta rua, funcionarão várias lojas, onde naturais da Velha Goa venderão artigos orientais.

A construção do grande pavilhão de «Angola e Moçambique», da autoria do architecto António Lino, está também muito adiantada.

É um traço architectónico indígena, adaptado á moderna architectura. Será coberta de colmo e terá ao centro um corpo circular ladeado de colossos negros.

A Emissora Nacional tem também a sua representação nesta secção da Exposição do Mundo Português.

É um edificio com carácter africano, tendo, como nota predominante, uma cúpula em estafe, suportada por 9 gorilas. Ao centro, um grande quadrilátero e em cima as armas da Emissora Imperial, representando o Mapa Mundo.

Este edificio é da autoria do architecto Vasco Regaleira, realizador também do monumento aos Escritores Coloniais Portugueses que será colocado junto a um lago, onde se projecta, e que terá gravado o nome de Wenceslau de Moraes e por baixo a inscrição «aos escritores portugueses».

O pavilhão da Guiné, do architecto Melo Breyner, é em architectura colonial de linhas modernas e encontra-se também muito adiantado.

No largo, em frente ao palácio principal onde funcionará o «Pavilhão de Caça e Turismo», prosseguem os trabalhos de montagem do «Monumento ao Esforço Colonizador dos Portugueses» que, como os pavilhões de «Informações» e «Livraria», é também da autoria do architecto Melo Breyner.

As obras de jardinagem, sob a direcção do regente agrícola J. Louro, e as instalações eléctricas, dirigidas pelo engenheiro José Carlos Santos, foram já iniciadas.

São muitos os trabalhos já concluídos sob a direcção do escultor Manuel de Oliveira e os de pintura dirigidos pelo artista Roberto Araújo.

*NA EXPOSIÇÃO DOS PRIMITIVOS PORTUGUESES SERÃO APRESENTADOS CERCA DE TREZENTOS QUADROS DOS SÉCULOS XV E XVI*

Os trabalhos preparatórios das comemorações centenárias prosseguem activamente em todas as secções da Comissão Executiva.

Assim, a secção das Exposições de Arte, superiormente dirigida pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos,

presidente da Academia Nacional de Belas Artes, em colaboração com o director dos Museus Nacionais de Arte Antiga e o director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, tem dedicado especial atenção à Exposição dos Primitivos Portugueses, cuja inauguração está prevista para 13 de Maio do próximo ano.

Para esta exposição, que se realizará na parte nova do Museu das Janelas Verdes e na qual se apresentarão algumas centenas de quadros portugueses dos séculos XV e XVI, cêrca de 300, a Comissão Organizadora tem já relacionado um importante número dêles, pertencentes não só ao Museu, mas ainda existentes em igrejas e diversas instituições e estabelecimentos de todo o país, muitos dos quais já foram transferidos para Lisboa. A cedência dos quadros para a Exposição tem-se obtido com facilidade, graças à boa vontade que a Comissão tem encontrado nas entidades detentoras dos mesmos e nos funcionários que têm tido intervenção no assunto como representantes da Fazenda Pública, cuja Direcção Geral tem prestado a mais eficaz colaboração.

Dentre os núcleos de pinturas trazidas de vários pontos, contam-se algumas das mais notáveis séries de pinturas quinhentistas, tais como as 16 tábuas da Igreja do Convento de Jesus, de Setúbal, hoje na posse da Misericórdia; as 8 da Igreja do Convento de S. João de Tarouca, entre as quais o famoso «S. Pedro» e o «S. Miguel»; as séries da Misericórdia de Abrantes, das igrejas do Sardoal, de Cascais, de S. Quintino do Sobral de Monte Agraço, e de Sintra, do Museu e Misericórdia de Tôrres Vedras, além de bastantes outros quadros, estando já autorizada a vinda de muitos mais.

Os quadros seleccionados vão passando pela oficina de marcenaria onde as tábuas recebem as reparações de que necessitam, seguindo depois para a oficina de beneficiação de pintura, dirigida pelo artista sr. Fernando Mardel e em que trabalham também os pintores srs. Luís Ortigão Burnay, Albino Cunha e João Alves de Sá. Na referida oficina encontram-se presentemente 147 quadros; de 84 dêstes pode dizer-se que o restauro está terminado, pois apenas lhes faltam os retoques finais, a dar oportunamente; cêrca de 50 têm já os primeiros retoques, estando os restantes em via de passarem pelas operações prévias da aplicação dos retoques.

Ao mesmo tempo os quadros recebem uma desinfecção que já foi aplicada a 73.

Algumas das principais séries estão já restauradas, como sejam a série do Mestre do Paraíso, a do retábulo de S. Francisco de Évora, atribuída a Fran-

cisco Henriques (exceptuando os 4 quadros que pertencem à colecção José Relvas), e a de Setúbal.

A beneficiação dos dois grandes painéis de S. João de Tarouca, já mencionados, encontra-se muito adiantada.

Paralelamente a este trabalho, vão-se construindo molduras de modelo adequado para os painéis que disso necessitam, visto muitos trazerem as antigas em estado de não se poderem aproveitar, havendo já feitas algumas dezenas delas.

Ao mesmo tempo está-se procedendo à organização e recolha dos elementos para o catálogo que se vai publicar, trabalho êste a cargo da Conservadora-adjunta Sr.<sup>a</sup> D. Maria José de Mendonça.

Assim se vai cumprindo o desejo manifestado pelo sr. dr. Oliveira Salazar, na nota officiosa sôbre as comemorações centenárias:

«Os trabalhos de restauração, a começar imediatamente, poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas que, no conjunto, seriam uma autêntica revelação para nacionais e estrangeiros».

#### CONGRESSO INTERNACIONAL DA MOCIDADE

Em 15 de Agosto do próximo ano, inaugura-se em Lisboa o Congresso Internacional da «Mocidade», uma das mais importantes realizações das festas nacionais de 1940, em que estreitamente colaboram o Commissariado Nacional da «Mocidade Portuguesa» e a Comissão Executiva dos Centenários.

No dia 15 de Agosto de 1940 afluirão à capital delegações numerosas de todos os países em que as juventudes se encontram organizadas pelo Estado ou possuem características nacionais, as quais, em íntima confraternização com a delegação da «Mocidade Portuguesa», acamparão festivamente em local vizinho da Tapada da Ajuda, efectuando, de 16 a 24 do mesmo mês, provas desportivas.

Essas delegações, num total de oitocentos a mil rapazes provenientes de oito nações europeias, serão acompanhadas de pedagogos e chefes, que se reunirão no Instituto Superior de Agronomia, para discutir as comunicações ou teses apresentadas acêrca dos mais importantes problemas de educação física e de organização das Mocidades. A Comissão Nacional dos Centenários, á qual incumbe a glorificação da obra das gerações passadas na formação e no engrandecimento da Pátria, não esqueceu as gerações futuras, penhor da continuidade do esforço nacional para novos e altos destinos.

A Comissão Organizadora do Congresso da Mocidade, a que preside o ilustre Commissário Geral da

«Mocidade Portuguesa», sr. engenheiro Francisco Nobre Guedes, não se tem poupado a esforços para que a festa internacional das juventudes se revista de especial significação e brilho. Já responderam, aceitando o convite que lhes foi dirigido, a Espanha, a Grécia, a Grã-Bretanha e a Itália; aguardam-se para breve as respostas afirmativas da Alemanha, da Roménia e da Hungria. Virão a Portugal nessa oportunidade algumas das mais notáveis e representativas figuras que na Europa têm contribuído para a organização das mocidades, devendo este Congresso assinalar-se pela sua considerável repercussão internacional.

O programa calendário, já completamente organizado a um ano de distância, é o seguinte: dia 15, chegada das delegações estrangeiras; dia 16, abertura do Congresso e provas de esgrima; dia 17, primeira sessão do Congresso, provas de esgrima e orientação; dia 18, (domingo), provas de esgrima, orientação e hipismo; dia 19, segunda sessão do Congresso, ginástica, esgrima basket-ball e hand-ball; dia 20, 3.ª sessão do Congresso, continuação das provas do dia anterior; dia 21, 4.ª sessão do Congresso, ginástica, provas de hand-ball, basket-ball e vela; dia 22, sessão de encerramento do Congresso, provas de vela, tiro e «ténis»; dia 23, provas de vela e «ténis»; dia 24, provas de vela, remo, «ténis» e basket-ball; dia 25, (domingo), grande festa de apresentação das delegações estrangeiras; dia 26 a 31, recepções oficiais e excursões. As provas de esgrima, tiro, basket-ball e «ténis» disputar-se-ão nas instalações da Tapada da Ajuda.

#### PROGRAMA DO CONGRESSO COLONIAL

Será em breve publicado pela Comissão Executiva dos Centenários o programa do Congresso Colonial IX da série do Congresso do Mundo Português, cuja sessão inaugural se realiza no dia 10 de Julho de 1940. A presidência da respectiva comissão organizadora foi confiada ao sr. conde de Penha Garcia, antigo Ministro, ilustre director da Escola Superior Colonial e presidente da Soc. de Geografia de Lisboa.

#### TEATRO AO AR LIVRE, JARDIM DOS POETAS E BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL

Prosseguem com a maior actividade os trabalhos da Exposição Histórica do Mundo Português.

O teatro ao ar livre, projectado pelo architecto Paulo Cunha, ficará ao lado sul da linha férrea, que como se sabe, atravessa a Exposição debaixo das duas portas monumentais do certame.

Nesse recinto, cercado de arvoredos recentemente transplantados, e num proscénio adequado às representações de ar livre, serão exibidas algumas peças de grande espectáculo, em que colaborarão os maiores artistas portugueses.

#### O BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL

O Bairro Comercial e Industrial da Exposição, que será constituído por uma série de instalações, procurando-se reconstituir nelas o aspecto exterior de um núcleo de estabelecimentos comerciais antigos, a fim de pôr de harmonia essa parte do certame com as restantes secções, está sob a direcção técnica do architecto Cassiano Branco, que, de acôrdo com os expositores, fará os projectos das edificações. Estas occuparão uma das zonas mais favoráveis do recinto da Exposição, ao norte dos Pavilhões Históricos, entre elles e as velhas edificações do Bairro de Belém.

Estas casas, cujas fachadas dão para a rua Vieira Portuense, algumas das quais ainda conservam os antigos arcos e pilares do século XVIII sobre que assentavam os primeiros andares, vão ser reintegradas na sua primitiva feição, modificando-se, de acôrdo com os respectivos proprietários, as suas fachadas, readquirindo assim os edifícios todo o antigo interesse architectónico.

Estes trabalhos de reintegração estão entregues ao director da Secção Histórica da Exposição, sr. Gustavo de Matos Sequeira.

#### O «JARDIM DOS POETAS»

Para o «Jardim dos Poetas», grande vestibulo do teatro ao ar livre, foram entregues já algumas estátuas e baixos relêvos.

Este jardim é a realização de uma idea do sr. dr. Augusto de Castro, Comissário Geral do certame, e constituirá uma digna homenagem aos poetas líricos portugueses.

As figuras, representando os poetas ou a sua obra serão colocados em nichos rodeados de verdura.

No seu conjunto formam o jardim, que, com os seus arruamentos de buxo e frondoso arvoredado, constituirá um dos mais lindos lugares da Exposição.

Os trabalhos já entregues e aprovados são a estátua «Natércia», do escultor António Duarte; «Alba Plena», de Anjos Teixeira, e o baixo relêvo «Diogo Bernardes», do escultor Armando Mesquita.

Entre os trabalhos em execução, alguns quasi concluídos, figura a estátua «Joaninha dos Olhos Verdes», do escultor António da Costa.

